

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 532.798 - PE (2014/0143321-0)**

**RELATOR : MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE : MARIA DOS PRAZERES DE SOUZA SANTOS - ESPÓLIO**  
**REPR. POR : ISAAC CARLOS DE SOUZA SANTOS - INVENTARIANTE**  
**ADVOGADO : WILSON DE MELO COSTA - PE007160**  
**AGRAVADO : ADRIANA CARLA GUIMARÃES COELHO**  
**AGRAVADO : FABIANA CLAUDIA GUIMARÃES COELHO**  
**AGRAVADO : GISELDA ELIANE CASTRO GUIMARÃES**  
**ADVOGADO : GILSELDA GUIMARÃES - PE005759**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo de decisão que inadmitiu recurso especial fundado no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, interposto contra v. acórdão do Eg. Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, assim ementado:

*"EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. DIREITO CIVIL.. AÇÃO REIVINDICATÓRIA DE DOMÍNIO. DESOCUPAÇÃO DO IMÓVEL. LEGÍTIMAS PROPRIETÁRIAS. SUCESSÃO HEREDITÁRIA. TITULARES DO IMÓVEL VINDICADO. POSSE EXERCIDA. FALTA DE QUALIFICAÇÃO PARA FINS DA USUCAPIÃO. POSSUIDOR DE BOA-FÉ. DIREITO À RETENÇÃO DO BEM ATÉ SER RESSARCIDO PELAS BENFEITORIAS. IMISSÃO NA POSSE. PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO PELAS BENFEITORIAS NECESSÁRIAS E ÚTEIS REALIZADAS NO BEM REINVINDICADO. PROVIDO PARCIAL O APELO.*

*- O apelante se insurge contra a sentença que julgou procedente a ação reivindicatória de domínio, determinando a desocupação do imóvel.*

*- A tese defensiva está, basicamente, fundamentada na exceção de usucapião, porquanto os apelantes teriam adquirido, por contrato de permuta verbal, o terreno e o 'casebre' edificado sobre o mesmo. Por isso, sustenta ser legítimo o seu exercício possessório.*

*- Do exame dos autos, especialmente, das provas produzidas, observa-se que está comprovado, especialmente pelos documentos acostados que as apeladas receberam os lotes por herança, estando os mesmos já ocupados pelos apelantes. Infere-se que as apeladas são as legítimas proprietárias em razão da sucessão hereditária, estando demonstrado que as apeladas são titulares do imóvel vindicado, pressuposto necessário para a ação reivindicatória.*

*- Não obstante, é fato incontroverso nos autos que sobre os terrenos foram construídas casas onde, atualmente, residem os apelantes.*

*- Em contrapartida, não merece amparo a alegação de usucapião. Como se sabe, a usucapião pode ser argüida em matéria de defesa à ação reivindicatória, conforme preceitua a Súmula 237 do Supremo Tribunal Federal. Para tanto, na forma do inciso II do*

*artigo 333 do Código de Processo Civil, cabe ao réu demonstrar os seus requisitos, quais sejam: lapso temporal especificado em lei, posse mansa, pacífica, ininterrupta e com animus domini. Por outro lado, é consabido que, na condição de comodatário, o requerido exercia a posse direta sobre o bem; todavia, de forma precária. Por tal razão, era ele mero detentor da coisa, carecendo de animus domini.*

*- Assim, a posse exercida pelos apelantes não é qualificada para fins da usucapião, muito embora já a exerçam por prazo superior há dez anos, como restou comprovado pela prova testemunhal. Faltam-lhe o requisito essencial de animus domini, razão pela qual é de ser rejeitada a exceção de usucapião.*

*- O próprio apelo intentado é contraditório, posto que inicialmente alega que houve uma espécie de locação entre o antigo proprietário e os apelantes e posteriormente, caracterizando como justa a posse e em seguida alega a ocorrência de usucapião. Ora, a posse oriunda de contrato de locação, posteriormente convertido em contrato de comodato verbal, porque não exercida com ânimo de dono, não autoriza a obtenção do domínio do imóvel, logo não há como o bem ser usucapião.*

*- Em relação à ação de atentado, por sua vez, deve ser analisada sob outro prisma. Foi decidido pelo juízo a quo que as construções realizadas pelos apelantes estavam prejudicando a ordem processual e que ensejariam uma despesa maior por parte que as inovações realizadas pelos apelantes, sendo concedida a liminar.*

*- Todavia, a 'inovação ilegal no estado de fato' que configura o atentado é aquela que, perpetrada por uma das partes no curso do feito, provoca alterações na coisa litigiosa, de modo a dificultar a apuração dos fatos ou prejudicar a decisão a ser proferida nos autos.*

*- Isto é, o fato de as apeladas não haverem obtido a liminar de reintegração de posse pleiteada na ação por elas ajuizada, que na verdade fora transformada em reivindicatória de domínio, apenas significa que não havia nos autos qualquer liminar vigente, ou seja, a posse da área em litígio não foi atribuída liminarmente a qualquer das partes. Tal fato por si só não torna ilegal eventual alteração procedida por ele no imóvel em disputa, já que não há decisão judicial determinando que se abstenha de fazê-lo. Além disso, o processo se estendeu por um período bastante longo, o logicamente, demandaria reformas e melhoramento no imóvel, uma vez que tinham o bem como local de moradia.*

*- As alegações das apeladas no sentido de que as edificações lhe causariam prejuízos numa indenização final não são suficientes à configuração do atentado, tendo em vista que para tal, como dito, é necessário que haja prejuízos à apuração dos fatos no processo ou que a alteração influencie na decisão a ser proferida. Para coibir prejuízos a si em caso de sucesso na demanda, as apeladas deveriam se valer de pedido de liminar possessória em seu favor,*

*mediante a comprovação dos requisitos legais.*

*- No caso em apreço, as construções realizadas, ao meu ver foram necessárias, posto que o processo se iniciou em 1980, não se pode esperar que se permaneça com os mesmo barracos iniciados. De toda sorte,...houve a liberalidade do antigo proprietário e o caso estava sendo discutido em juízo, não se pode exigir que não se faça melhoramentos nas casas, até porque não havia qualquer liminar possessória, tampouco estava decidida a questão. Logo, a posse ainda estava com os apelantes*

*- No que tange aos valores compensados entre as benfeitorias realizadas e o que deveria ser demolido para a entrega dos lotes, não creio que tenha laborado com êxito o juízo de primeiro grau. Inicialmente porque não foram renovadas as perícias necessárias para se apurar os valores a que chegaram as benfeitorias. Segundo porque o valor arbitrado sem demonstração de qualquer fundamento e, não traduz o real valor das construções.*

*- Assim, deve a sentença ser modificada em relação à ação de atentado, para que as apeladas indenizem as construções realizadas pelos apelantes, sendo procedida a fixação dos valores em liquidação de sentença.*

*- Ante o exposto, DEU-SE PROVIMENTO PARCIAL ao pedido contido no apelo da ação reivindicatória, para IMITIR as autoras/apeladas na posse dos imóveis descritos na exordial, devendo os requeridos desocuparem o imóvel no prazo de 30 (trinta) dias e CONDENARAM-SE as apeladas no pagamento de indenização aos apelantes, das benfeitorias necessárias e úteis realizadas no bem reivindicando, cujos valores serão apurados em liquidação de sentença, custas e honorários pro-rata."*

Os embargos de declaração foram parcialmente acolhidos, conforme acórdão assim ementado (fls. 555/556):

**"EMENTA: PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO COM EFEITOS INFRINGENTES. ACÓRDÃO EM APELAÇÃO CÍVEL EXISTÊNCIA DE OMISSÃO NO JULGAMENTO DA APELAÇÃO. ANÁLISE DAS PRELIMINARES DE INÉPCIA DA INICIAL E INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. REJEITADAS. REDISCUSSÃO DO MÉRITO DO JULGAMENTO DA APELAÇÃO. NÃO CABIMENTO. EMBARGOS ACOLHIDOS EM PARTE À UNANIMIDADE PARA SANAR AS OMISSÕES APONTADAS.**

**1.** *Trata-se de Embargos de Declaração opostos em face de Acórdão exarado por esta relatoria, quando do julgamento da Apelação Cível nº 0153404-7.*

**2.** *Afirma a embargante que a Egrégia 1ª Câmara Cível deste Tribunal deixou de se posicionar acerca das questões preliminares suscitadas em seu recurso de apelação, através das quais se buscou a extinção do processo, sem julgamento do mérito, por inépcia da*

*petição inicial e inadequação da ação proposta para dirimir a causa em deslinde.*

3. Ademais, alega a embargante que as autoras, ora embargadas, buscam a posse sobre dois lotes de terreno, notadamente os lotes 14 e 15, da quadra B, do Loteamento Trevo, em Rio Doce, Olinda-PE, que juntos correspondem a muito menos de 50% (cinquenta por cento) do sítio onde a embargante mantém sua posse há mais de 60 (sessenta) anos, devendo o acórdão mencionar que, caso transite em julgado a doughta decisão, deverá ser feita a prévia delimitação dos referidos lotes de terreno, além das benfeitorias nele encravadas, a fim de que seja respeitada a posse da embargante sobre a sua área remanescente.

4. Basicamente com essa argumentação, pugna pelo acolhimento destes aclaratórios, para o fim de suprir as omissões apontadas bem como, sucessivamente, conhecidos e providos os pedidos relativos à prévia delimitação dos aludidos lotes de terreno.

5. Tendo em vista a possibilidade da ocorrência de efeitos infringentes, restou determinada a intimação do embargado para se manifestar acerca dos aclaratórios (fls.445).

6. O embargado apresentou suas razões às fls.449/454.

7. Verifico que a embargante apontou como omissão no julgado, a questão da não apreciação das preliminares argüidas no recurso de apelação e como obscuridade o fato do acórdão não haver determinado a prévia delimitação dos referidos lotes de terreno, além das benfeitorias nele encravadas, a fim de que seja respeitada a posse da embargante sobre a sua área remanescente.

8. No caso dos presentes aclaratórios, tenho que merece guarida em parte a insurgência da embargante. Senão vejamos.

9. Na apreciação do recurso de apelação esta relatoria se ateve apenas a questão de mérito do recurso e deixou de se pronunciar acerca das preliminares de inépcia da inicial e de inadequação da via eleita, levantadas no já citado recurso.

10. Uma vez reconhecida a omissão no supracitado julgado, cuido, portanto, em reapreciar a matéria trazida nos autos do recurso de apelação, e, por conseqüência, visitar o acórdão de fls.430 e verso (Apelação nº0153404-7).

11. No que pertine à preliminar de inépcia da exordial não pode ser a mesma acolhida, pois, da análise dos autos, verifica-se que a peça inaugural possui pedido certo e determinado, decorrente dos fatos narrados, portanto preenchendo os requisitos processuais insculpidos nos arts. 282 e seguintes, do CPC.

12. Igual entendimento é dispensado à preliminar de inadequação da via eleita, pois, em que pese o equívoco na indicação do dispositivo de lei, basta que da ação constem os fatos e sua comprovação para que o juiz possa aplicar corretamente a lei.

13. Aliás, o próprio Superior Tribunal de Justiça (STJ), guardião das leis infraconstitucionais e responsável pela

*uniformização da jurisprudência em nosso país, tem se pronunciado acerca da matéria (RESP 200600981615, Rei. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, STJ - SEGUNDA TURMA, DJE DATA: 24/08/2010).*

14. *Desse modo, rejeito as preliminares levantadas.*

15. *No mérito, a embargada alega que o acórdão deixou de se pronunciar acerca da delimitação da área referente aos lotes de terreno discutidos no processo.*

16. *Acrescenta que os dois lotes de terreno, notadamente os lotes 14 e 15, da quadra B, do Loteamento Trevo, em Rio Doce, Olinda-PE, juntos correspondem a muito menos de 50% (cinquenta por cento) do sítio onde a embargante mantém sua posse há mais de 60 (sessenta) anos, devendo o acórdão mencionar que, caso transite em julgado a douta decisão, deverá ser feita a prévia delimitação dos referidos lotes de terreno, além das benfeitorias nele encravadas, a fim de que seja respeitada a posse da embargante sobre a sua área remanescente.*

17. *Tenho como inconsistentes os argumentos empreendidos pela embargante nesse ponto.*

18. *Atente-se que, nesse ponto, os presentes aclaratórios pretendem rediscutir a matéria decidida no acórdão guerreado, no intuito de modificar o resultado do julgamento proferido na Apelação nº 0153404-7 por este órgão.*

19. *Ora, os embargos declaratórios não constituem o meio idôneo a elucidar seqüência de indagações acerca de pontos de fato; e nem se prestam para ver reexaminada a matéria de mérito, ou tampouco para a aplicação de dispositivo legal ou ainda para obrigar o magistrado a renovar a fundamentação do decisório (RJTJ-RS 148/166).*

20. *A verdade é que as razões do presente recurso são dirigidas integralmente para a rediscussão das matérias já apreciadas, coisa que não se é admissível em sede de Embargos de Declaração.*

21. *À unanimidade de votos, foram conhecidos e acolhidos em parte os embargos declaratórios interpostos por Maria dos Prazeres de Souza Santos, apenas para determinar que faça constar do julgamento da Apelação Cível nº 0153404-7, a rejeição das preliminares argüidas pela embargante, nos termos acima relatados".*

Nas razões do recurso especial, a agravante alega violação dos arts. 128 e 460 do CPc/73 e divergência jurisprudencial, sustentando, em síntese, (a) a nulidade do processo por inépcia da inicial; (b) a sentença padeceria de nulidade, pois adequou o feito de ofício, extrapolando os limites da exordial, e (c) que estariam presentes os requisitos da usucapião.

É o relatório. Decido.

No apelo nobre que pretende trânsito, sustenta a recorrente que o processo seria nulo devido à inépcia da inicial. O recurso, contudo, não merece prosperar. Isso porque os dispositivos apontados - arts. 128 e 460 do CPC/73 - não guardam relação com os argumentos expostos. Ademais, as razões recursais são genéricas e não apontam os fundamentos para concluir pela inépcia da exordial. Nesse sentido, o recurso atrai, por analogia, a Súmula 284/STF.

Outrossim, ainda sob a alegada violação dos arts. 128 e 460 do CPC/73, a recorrente ressalta que a sentença seria nula, pois adequou o feito de ofício. O eg. TJ-PE, por sua vez, ressaltou que não haveria nulidade, uma vez que a sentença apenas analisou a demanda à luz da causa de pedir e dos pedidos, sem considerar o nome conferido à ação. À título elucidativo, colacionam-se os seguintes excertos do v. acórdão estadual (fl. 553):

*"Igual entendimento é dispensado à preliminar de inadequação da via eleita, pois, em que pese o equívoco na indicação do dispositivo de lei, basta que da ação constem os fatos e sua comprovação para que o juiz possa aplicar corretamente a lei. Aliás, o próprio Superior Tribunal de Justiça (STJ), guardião das leis infraconstitucionais e responsável pela uniformização da jurisprudência em nosso país, tem se pronunciado acerca da matéria, (...)"*

Com efeito, o v. acórdão objurgado está em consonância com o entendimento deste Sodalício, segundo o qual a natureza jurídica da ação é aferida pelos elementos objetivos da ação, e não pelo nome dado pela parte. Corrobora essa conclusão o aresto a seguir:

**"RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO NOMINADA OBRIGAÇÃO DE FAZER. CAUSA DE PEDIR E PEDIDO. EXTRAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO JURÍDICA. INCUMBÊNCIA DO MAGISTRADO. NOME DA AÇÃO. IRRELEVÂNCIA. CUMULAÇÃO DE PEDIDOS. OBRIGAÇÃO DE FAZER E PAGAR (DAR). POSSIBILIDADE.**  
(...)

**3. O nome atribuído à ação é irrelevante para aferição da sua natureza jurídica, que tem a definição baseada na causa de pedir e no pedido. Deve-se abolir o exagero formal para que o processo não venha a se tornar um fim em si mesmo. (...)**

**6. Recurso especial provido."**

(REsp 1374222/RS, Rel. Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 18/10/2018, DJe 04/12/2018, g.n.)

Além disso, a recorrente ainda sustenta que preencheu os requisitos da prescrição aquisitiva e, assim, pleiteia a declaração da usucapião. O recurso, no entanto, não merece acolhimento. Isso porque, da leitura minudente das razões recursais, verifica-se que a recorrente olvidou-se de apontar o dispositivo sobre o qual repousa seu recurso, o que atrai, por analogia, a Súmula 284/STF. Nessa linha de inteligência, os precedentes a seguir:

*"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SEGURO HABITACIONAL. VÍCIOS NO IMÓVEL. COBERTURA CONTRATUAL. PROVA. VALORAÇÃO. PRETENSÃO. REEXAME. SÚMULAS N. 5 E 7/STJ. PREQUESTIONAMENTO. ART. 1.025/CPC. PREQUESTIONAMENTO FICTO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 2. INVIABILIDADE. MULTA. DISPOSITIVO LEGAL VIOLADO. INDICAÇÃO. AUSÊNCIA. SÚMULA N. 284/STF. NÃO PROVIMENTO.*

(...)

*4. A ausência de indicação, associada às razões pelas quais assim entende a parte, do dispositivo legal tido por violado atrai o enunciado n. 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.*

*5. Agravo interno a que se nega provimento."*

(AgInt no AREsp 377.471/SP, Rel. Ministra **MARIA ISABEL GALLOTTI**, QUARTA TURMA, julgado em 29/08/2017, DJe 04/09/2017, grifou-se).

*"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. IMPUGNAÇÃO. 1. CÁLCULO DA VERBA INDENIZATÓRIA. MODIFICAÇÃO DAS CONCLUSÕES DO ACÓRDÃO RECORRIDO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. 2. DIVIDENDOS. NÃO INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL SUPOSTAMENTE VIOLADO. SÚMULA 284/STF. 3. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.*

(...)

*2. Quanto aos dividendos, não tendo a recorrente indicado, nas razões do apelo nobre, nenhum dispositivo legal supostamente contrariado pelo acórdão recorrido ou objeto de interpretação divergente pelos tribunais, tem incidência a Súmula n. 284 do STF.*

*3. Agravo regimental desprovido."*

(AgRg no AREsp 824.605/RS, Rel. Ministro **MARCO**

**AURÉLIO BELLIZZE**, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/03/2016, DJe 05/04/2016, grifou-se).

Por fim, no que tange à divergência jurisprudencial, o apelo também não merece respaldo, pois a recorrente sequer realizou o cotejo analítico entre os julgados, limitando-se a colacionar as ementas dos acórdãos paradigmas. Destaca-se que a mera transcrição de ementas não é suficiente para dar abertura ao apelo especial pela alínea "c" do permissivo constitucional. Os arestos a seguir corroboram esse entendimento:

*"AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU SEGUIMENTO AO RECLAMO. IRRESIGNAÇÃO DA AUTORA.*

*(...)*

*3. É assente nesta Corte Superior que a mera transcrição de ementas e excertos, desprovida da realização do necessário cotejo analítico, que evidencie a similitude fática entre os arestos confrontados, mostra-se insuficiente para comprovar a divergência jurisprudencial ensejadora da abertura da via especial com esteio na alínea "c" do permissivo constitucional.*

*4. Agravo regimental desprovido."*

(AgRg no REsp 1483935/CE, Rel. **Ministro MARCO BUZZI**, QUARTA TURMA, julgado em 15/12/2016, DJe 01/02/2017 - grifou-se)

*"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO.*

*1. Não foram cumpridas as formalidades previstas nos arts. 541 do CPC/73 e art. 255 do RISTJ, pois a recorrente limitou-se a transcrever excertos dos julgados paradigma, sem proceder à análise dos textos para demonstrar a divergência. Como se sabe, a mera transcrição de ementas, sem o necessário cotejo analítico entre os julgados confrontados, é insuficiente para comprovar a divergência.*

*2. Agravo interno não provido."*

(AgInt no AREsp 944.692/RJ, Rel. **Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 06/09/2016, DJe 13/09/2016 - grifou-se)

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.



Brasília (DF), 05 de fevereiro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator

